RAFAEL CLEMENTI COCURUTTO

**AS EDITORAS COMO TITULARES DERIVADAS E A GESTÃO COLETIVA DE
OBRAS MUSICAIS**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Morato

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Direito

São Paulo – SP

2 0 1 7

RAFAEL CLEMENTI COCURRETTO

**AS EDITORAS COMO TITULARES DERIVADAS E A GESTÃO COLETIVA DE
OBRAS MUSICAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Morato.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Direito

São Paulo – SP

2 0 1 7

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Cocurutto, Rafael Clementi
As editoras como titulares derivadas e a gestão
coletiva de obras musicais / Rafael Clementi
Cocurutto ; orientador Antonio Carlos Morato -- São
Paulo, 2017.
183

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade
de São Paulo, 2017.

1. Direito Autoral. 2. Editoras musicais. 3. Obra
musical. 4. Gestão coletiva. 5. Associações de gestão
coletiva. I. Morato, Antonio Carlos, orient. II.
Titulo.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Morato

Professor Arguidor: _____

Professor Arguidor: _____

Dedico este trabalho aos meus pais, Ailton e Elis, pela paciência e incentivo para prosseguir sem hesitar, sem desistir, recordando-me sempre dos princípios e da força de Deus.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ailton e Elis, a quem dedico este trabalho, pela força moral que me manteve firme para prosseguir.

Igualmente, ao meu ilustre orientador, Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, pela confiança em mim depositada e pelas valiosas orientações, despendendo seu tempo e energia para transmitir seus conhecimentos.

Aos amigos e familiares que testemunharam e contribuíram de forma positiva para a confecção deste trabalho.

RESUMO

O trabalho abordará o estudo das editoras musicais como titulares derivadas de direitos e a gestão coletiva de direitos autorais de obras musicais, abrangendo os principais aspectos da administração coletiva dessas obras, espécies de contratação com as editoras musicais e as peculiaridades presentes no sistema de gestão coletiva de direitos.

Palavras-chave: direito autoral, direitos autorais, obra musical, editoras, editoras musicais, gestão coletiva, ECAD, associações de gestão coletiva.

ABSTRACT

The present dissertation will focus on the study of music publishers being entitled to derivative rights and the collective management of musical works, covering the main aspects of collective management of musical works, types of contracting with musical publishers and the peculiarities in the management system of Collective rights.

Keywords: copyright, copyright law, music work, publisher, music publisher, collective management, ECAD, collective management associations.

Sumário

INTRODUÇÃO	13
1. OBRA MUSICAL E O DIREITO DE AUTOR	19
1.1. Considerações iniciais.....	19
1.2. Aspectos históricos da obra musical e do direito de autor	20
1.3. Conceito de obra	25
1.4. A obra musical: conceito, derivações e aspectos relevantes.....	27
1.5. A obra musical: criação estética.....	34
1.6. A obra musical como um direito de personalidade	37
1.7. As obras musicais derivadas e a música eletrônica.....	42
1.8. As obras em coautoria - as “parcerias musicais”	45
2. OS LIMITES DE EXPLORAÇÃO DA OBRA MUSICAL	49
2.1. Considerações iniciais.....	49
2.2. Abrangência dos direitos do titular no plano genérico	50
2.2.1. Delimitação decorrente da natureza.....	51
2.2.2. Delimitação temporal	53
2.2.3. Delimitação pela impossibilidade de identificação do titular	56
2.2.4. Delimitação territorial.....	56
2.3. Limitações legais ao direito do criador da obra musical	57
2.3.1. Limites expressos no regime internacional (Convenção de Berna)	59
2.3.2. Limitações expressas pelo ordenamento brasileiro	65
3. A GESTÃO COLETIVA	71
3.1. Considerações iniciais.....	71
3.2. Aspectos históricos do sistema de gestão musical	74
3.3. A gestão coletiva da obra musical no direito estrangeiro.....	79
3.4. Gestão coletiva, conceitos e aspectos relevantes.....	85
3.5. Gestão individual das obras intelectuais.....	88
3.5.1. A gestão individual das obras musicais (e a disposição do art. 13 do Decreto n.º 8.469/2015)	92
3.6. As alterações no sistema de gestão coletiva trazidas pelo Decreto n.º 8.469, de 2015	95
4. A ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS DIREITOS PATRIMONIAIS DO AUTOR PELO ECAD	104
4.1. Considerações iniciais.....	104
4.2. O histórico do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição e a confirmação de sua legitimidade de atuação	105
4.3. As associações filiadas ao ECAD.....	113
4.3.1. A obrigatoriedade de habilitação no Ministério da Cultura e a ampliação da intervenção estatal no sistema de gestão coletiva	117
4.4. Arrecadação e distribuição aos titulares originários e conexos	122
4.4.1. A distribuição direta.....	132
4.4.2. A distribuição indireta.....	134
4.5. Questões presentes a respeito das execuções públicas de serviços digitais e o <i>music streaming</i>	135
5. AS EDITORAS MÚSICAIS COMO TITULARES DERIVADAS	139
5.1. Considerações iniciais e breves considerações históricas.....	139
5.2. As editoras musicais.....	142
5.2.1. As funções e obrigações das editoras musicais	145

5.3. Os possíveis tipos de contratação firmados entre o titular originário e a editora musical	150
5.4. A cessão de direitos patrimoniais da obra musical e a titularidade derivada dos direitos autorais	157
5.5. As editoras musicais na gestão coletiva de obras musicais	165
6. CONCLUSÃO	168
REFERÊNCIAS	174

INTRODUÇÃO

A obra musical, que na concepção de Henry Desbois “é a união de três elementos constitutivos: a melodia, a harmonia e o ritmo”¹, diferentemente de outras obras intelectuais artísticas, em seu aspecto patrimonial é, em regra, gerida de forma coletiva, além de ter especificidades na sua forma de divulgação pelas editoras musicais. O estudo pretende abordar os principais aspectos da gestão coletiva de obras musicais e a titularidade e responsabilidade das editoras musicais, tratadas como titulares derivadas dessas obras.

Como abordaremos no presente trabalho, existe a afirmativa doutrinária no sentido de que o *droit d’auteur* é dividido em dois prismas: os direitos morais do autor e os direitos patrimoniais. O direito moral do autor, na concepção de Carlos Alberto Bittar, pode ser definido como:

os vínculos perenes que unem o criador à sua obra, para a realização da defesa de sua personalidade. E isso porque toda obra é criação única do espírito e da cultura. Como os aspectos abrangidos se relacionam à própria natureza humana, e desde que a obra é a emanção da personalidade do autor que nela cunha, pois seus próprios dotes intelectuais...²

Os direitos patrimoniais, na conclusão desse mesmo autor, estão relacionados à retribuição econômica que advém da obra intelectual e diz respeito ao direito de utilização, fruição e disposição da obra musical.³

Primordialmente são relevantes os contornos e os destaques sobre o aspecto patrimonial dos direitos autorais, no que dizem respeito a sua administração e limitações e a gestão coletiva das obras musicais sob a óptica da recente alteração legislativa ocorrida nesse âmbito pelo Decreto n.º 8.469/2015⁴.

¹ DESBOIS, Henry. *Le droit d’auteur en France*, 10 ed. Paris: Dalloz, p.118. *apud* COSTA NETTO, José Carlos. *Direito Autoral no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: FTD, 2008. p.120.

² BITTAR, Carlos Alberto. *Direito de autor*. 5 ed., atualizado por Carlos Alberto Bittar, Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 69.

³ Conclusão extraída da obra de BITTAR, Carlos Alberto. *Direito de autor*. 5. ed., atualizado por Carlos Alberto Bittar, Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 71.

⁴ O decreto regulamenta a Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e a Lei n.º 12.853, de 14 de agosto de 2013, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais.

Buscamos também ressaltar o importante papel desempenhado pelas editoras de obras musicais, que iniciam o processo de divulgação da obra musical para a posterior arrecadação pelos meios cabíveis e o tratamento conferido pelas leis que versam sobre os direitos do autor sobre as obras musicais, com ênfase nas funções e na responsabilidade das editoras a respeito da divulgação, arrecadação e eventual defesa da obra musical.

Na prática, vale observar que em inúmeros casos ocorre a cessão parcial dos direitos autorais patrimoniais da obra musical em favor da editora, o que faz com que lhe seja reservada a qualidade de titular derivado, inclusive pelo próprio Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD).⁵

Consoante ensina o professor Carlos Alberto Bittar, a transmissão dos direitos patrimoniais do autor pode ocorrer pela sucessão⁶ ou “por força de contratos próprios firmados pelo titular, como os de edição, em que se transferem os direitos de reprodução, divulgação e comercialização da obra”⁷.

Desse modo, é possível a afirmativa de que, em seu aspecto patrimonial, a criação musical pode ser cedida como parte de adimplemento contratual, gerando deveres jurídicos à editora que as detém, diante da relação jurídica material que se estabelece com o autor da obra intelectual. Esse aspecto será explorado amplamente na dissertação.

Numa visão prévia ao tema central, tendo em vista que utilizaremos método dedutivo para discorrê-lo, vale abordar aspectos gerais dos direitos autorais ligados à obra musical e as limitações ao seu aspecto patrimonial, sem a pretensão de esgotarmos o assunto, pois consideramos que a visão global desses aspectos envolve a necessidade de um anterior entendimento sobre outras vertentes que serão enfrentadas na dissertação.

⁵ Segundo consta do art. 2.º do Regulamento de distribuição do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD. Disponível em: <<http://www.ecad.org.br/pt/eu-faco-musica/Regulamento-de-Distribuicao/Documents/Regulamento%20Distribui%C3%A7%C3%A3o%2029.11.13.pdf>>. Acesso em: 1.º jul. 2015.

⁶ Bittar faz referência ao art. 24, § 1.º, que dispõe que: “Por morte do autor, transmitem-se a seus sucessores os direitos a que se referem os incisos I a IV”.

⁷ BITTAR, Carlos Alberto. Op. cit., p. 56.

A importância desses temas iniciais está relacionada à compreensão de conceitos que regem a proteção da obra musical e os limites da sua exploração patrimonial, que, nas palavras de José de Oliveira Ascensão, “impedem que o direito autoral tenha caráter absoluto”⁸.

Buscaremos então o enfoque dos diversos aspectos relevantes da referida gestão coletiva, expondo seus conceitos e diferenciações em relação aos ordenamentos alienígenas, como também a gestão individual, que é o exercício individual dos direitos autorais presentes nas demais obras intelectuais e também em alguns casos nas obras musicais, como dispõe o Decreto n.º 8.469 editado em 22 de junho de 2015⁹.

Trataremos das alterações apresentadas no Decreto n.º 8.469/2015, tais como, entre outras, a necessidade de habilitação das associações de arrecadação junto ao Ministério da Cultura, à luz do art. 3.º desse ordenamento¹⁰.

Esse mesmo ordenamento disciplina de forma expressa a hipótese da gestão individual da obra, como exceção à gestão coletiva, pelo titular originário, impondo sanções aos associados caso essa gestão seja impedida ou dificultada.¹¹

O ECAD e as associações que auxiliam na retribuição econômica dos direitos patrimoniais do autor de obra musical também terão destaque neste estudo com base na atual lei de direitos autorais, qual seja a Lei n.º 9.610/98, então alterada pela Lei n.º 12.853/2013, e também diante da complementação do sistema de gestão coletiva pelo Decreto n.º 8.469/2015.

⁸ ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito de autor e direitos conexos*. Coimbra Limitada, 1992. p. 212.

⁹ Art. 13 da Lei n.º 9.610/98: “Os titulares de direitos de autor ou direitos conexos poderão praticar pessoalmente os atos necessários à defesa judicial ou extrajudicial de seus direitos, cobrar e estabelecer o preço pela utilização de suas obras ou fonogramas, mediante comunicação prévia à associação de gestão coletiva a que estiverem filiados, enviada com até quarenta e oito horas de antecedência da prática dos atos, suspendendo-se o prazo nos dias não úteis”.

¹⁰ Art. 3.º do Decreto n.º 8.469, de 2015: “O requerimento para a habilitação das associações de gestão coletiva que desejarem realizar a atividade de cobrança a que se refere o art. 2.º deverá ser protocolado junto ao Ministério da Cultura”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8469.htm>. Acesso em: 3 jul. 2015.

¹¹ Art. 30, inciso X do Decreto n.º 8.469/2015: “Consideram-se infrações administrativas, para os efeitos da Lei n.º 9.610, de 1998, e deste Decreto: “... X - impedir, obstruir ou dificultar, de qualquer forma, a gestão individual de direitos autorais, nos termos do art. 13”; Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8469.htm>. Acesso em: 3 jul. 2015.

Aponta José Carlos Costa Netto, em interpretação ao disposto no art. 99, § 2.º da Lei n.º 9.610/98, que o ECAD atua como “substituto processual”¹², “legitimado a agir judicialmente em nome próprio para reivindicar direito alheio”, atuando como escritório central de arrecadação patrimonial referente aos direitos autorais, e responsável pela distribuição da verba entre as demais associações.

Em razão da importância desse órgão para a gestão coletiva dos direitos patrimoniais dos titulares de obras musicais, trataremos especificamente dos procedimentos de distribuição direta; distribuição por amostragem; espécies de obras musicais remuneradas; e da arrecadação pelos titulares originários, além de outras providências importantes que devam ser consideradas para o ideal funcionamento e justa distribuição dos direitos autorais em obras musicais.

Na sequência, serão abordados os aspectos de maior importância em relação às editoras de obras musicais, como a responsabilidade na relação jurídica material; obrigações e modalidades de negociações feitas com os criadores de obras musicais.

Também nos importa a questão relacionada à situação de cessão do direito patrimonial do autor pelos seus criadores em prol das editoras, tornando-as titulares derivadas desses direitos; e as correspondentes espécies contratuais e suas obrigações jurídicas.

Por oportuno, merece destaque o que leciona José de Oliveira Ascensão, no sentido de que as editoras praticam atividade empresarial no propósito de auferir lucros, e dessa forma por óbvio devem assumir o risco do negócio, passando a afirmar:

Não há edição se quem reproduz os exemplares os guarda para si, facultando apenas a consulta. Tem de haver ainda a exploração da obra. O editor deve pôr em circulação a obra, como atividade comercial, assumindo por consequência os riscos da comercialização desta. Portanto, o editor toma sobre si o direito e o dever de reproduzir a obra e de lançá-la em termos de empreendimento comercial.¹³

¹² Extraído da interpretação de José Carlos Costa Netto ao art. 99, § 2.º da Lei n.º 9.610/98, que dispõe: “O ente arrecadador e as associações a que se refere este Título atuarão em juízo e fora dele em seus próprios nomes como substitutos processuais dos titulares a eles vinculados”.

¹³ ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito autoral*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 382.

Assim, adiantamos desde logo que a editora musical deve se envolver ativamente no processo de divulgação e comercialização das obras, ainda mais nos tempos atuais onde a difusão da música se opera por diversos instrumentos, dos quais o próprio compositor não seria capaz de abordar sozinho. Por esse e outros motivos que se buscam a atividade empresarial da edição e a gestão coletiva.

A dissertação abordará a necessidade e a função do contrato, então firmado entre os compositores e os editores, bem como as responsabilidades das editoras musicais em relação a esse sistema de gestão coletiva em que se inserem as obras musicais.

Por derradeiro, abordaremos de forma específica a atuação das editoras musicais na atividade de divulgação e comercialização das obras, sempre apontando os aspectos de mais relevância nessa tarefa, e pontos controversos entre o direito do próprio titular originário e da instituição a quem foram repassados os direitos autorais de forma derivada.

Em suma, a gestão coletiva de obras musicais efetivada pelas associações e sob a responsabilidade contratual das editoras, na qualidade de titulares derivados em relação aos autores de obras intelectuais, deve ser objeto de intensa reflexão sob a óptica dos direitos e deveres de todos os sujeitos envolvidos nessa atividade, a par dos novos disciplinamentos jurídicos que se apresentam na modernidade.

Abordaremos assim, com a necessária profundidade, os pontos mais relevantes em relação aos aspectos patrimoniais das obras musicais inseridas em um regime de gestão coletiva, partindo desde a publicidade e divulgação pelas editoras musicais, titulares derivadas da obra, até a arrecadação e distribuição pelo ECAD, demonstrando as peculiaridades que tornam a administração desses bens tão diferente das demais obras intelectuais.

6. CONCLUSÃO

Pelo estudo exposto, analisamos os principais aspectos da administração coletiva das obras musicais, desde o início de sua divulgação e difusão pelas editoras musicais até a distribuição da renda autoral pelo sistema de gestão coletiva, movido pelo ECAD e por suas associações.

Como vimos, a especificidade e complexidade dos serviços de administração dos bens imateriais referentes à música faz com que o titular originário dos direitos relativos à obra musical busque a especialidade de serviços para a justa e completa difusão da obra, visando o posterior recebimento dos valores patrimoniais referentes a sua utilização.

Embora tenhamos deixado para explicitar ao final deste trabalho, o início da exploração patrimonial da obra, sendo ela inserida em execuções públicas ou privadas, se dá com a divulgação e difusão da referida propriedade intelectual pelas editoras musicais.

Assim, a editora musical, conhecida internacionalmente por “music publisher”, será responsável pela percepção do retorno econômico que o autor musical terá com a comercialização de sua obra, visto que, quando confecciona a obra musical, o artista, além de buscar projetar sua expressão intelectual e seu sentimento, também visa a retribuição econômica por sua criação.

Ocorre que o próprio criador não possui as “ferramentas” necessárias para a extrema divulgação de sua criação, e por isso busca, nos serviços de editoração, a especialidade necessária para que essa seja comercializada de maneira ampla, abrangendo diversas mídias de divulgação.

Sabemos que, com os avanços da tecnologia, os mecanismos de comunicação foram ampliados e canais de mídias proporcionaram a divulgação da obra pelo próprio criador. Mesmo assim, os serviços das editoras musicais não foram prejudicados, pois a amplitude de difusão que estas possuem para divulgar a obra é muito mais ampla.

Como consequência da atividade exercida, muitas vezes é exigida a derivação de diversos direitos patrimoniais de autor em favor das editoras musicais através de um contrato de cessão de direitos autorais, que, como analisado, deve conter minuciosamente os direitos que serão repassados, sendo estes interpretados restritivamente ao firmado entre as partes.

Essa prática, para o cedente, possui aspectos benéficos e maléficos, pois é praxe que por disposição contratual seja cedido percentual dos direitos patrimoniais arrecadados e que a estipulação contratual tenha a vigência de enquanto perdurarem os direitos patrimoniais de autor, até que a obra caia em domínio público, contextualizando, na prática, uma “perpetuidade” na relação entre o criador intelectual – e seus eventuais sucessores – e a editora musical.

O benefício obtido com a contratação e cessão dos direitos à “music publisher” é a responsabilização desta por toda a administração dos bens patrimoniais. É sabido que o titular originário não procura se preocupar com a administração e divulgação, visto que sua função reside focar na confecção de suas obras musicais, buscando nas editoras musicais a especialização dos serviços de publicidade de sua obra para que esta atinja o maior número de usuários.

Com a cessão de direitos amplia-se a responsabilidade da editora em relação ao titular originário, e não podemos nos cegar ao fato de que temos uma contratação contendo obrigações recíprocas em que, de um lado, o artista obriga-se a ceder a sua criação e, de outro, a editora fica responsável pelas funções editoriais de publicidade e divulgação da obra, além das funções de administração recebidas com a cessão de direitos autorais. A má gestão de suas atividades pode ensejar a rescisão contratual, pois a obrigação das editoras musicais presentes no mundo moderno não se restringe apenas à publicação de letras e partituras, como ocorreu nos primórdios de seu surgimento, e sim na gestão e divulgação da obra em diversos veículos de diversas mídias, como a divulgação para inserção da obra musical em obras audiovisuais, versões derivadas e interpretações por outros artistas.

Além da necessidade de disposição de parcela da parte autoral às editoras musicais (em regra nas principais contratações), outro aspecto negativo para o titular originário de direitos que eventualmente possa ocorrer diz respeito ao conflito de interesses entre eles e as editoras – titulares de direitos por derivação – na veiculação das obras. Como expusemos no texto, pelos contratos firmados e pela cessão de direitos a editora fica responsável, em caráter exclusivo, pelas negociações

com os usuários, estipulando preço e condições de uso, o que muitas vezes vai de encontro com a vontade do titular originário, como ocorreu com os intérpretes e compositores Zé Ramalho e Roberto Carlos, em que os artistas autorizaram o uso de sua obra em uma mídia física contrariando as negociações da editora.

Importante destacar, ainda sobre editoras musicais e suas atuações, que, por mais abrangente que seja a cessão de direitos em favor das editoras musicais, jamais essa tocará a esfera dos direitos morais do autor, ou seja, por determinação legal e por observância aos princípios regentes do *droit d'auteur* que amplamente protege os direitos morais, deve ser resguardada a inalienabilidade dos direitos referentes à personalidade do autor, não podendo de maneira alguma as editoras reclamar para si direitos como o de modificação da obra original ou paternidade da obra, por exemplo, pois a condição de titular derivada das editoras musicais diz respeito apenas aos direitos patrimoniais de autor.

Abordamos também as questões relativas à gestão coletiva de direitos autorais de obras musicais. Como expusemos, as obras musicais inseridas em execuções públicas por diversas mídias, sejam elas mecânicas, eletrônicas, ou em razão de apresentações ao vivo, podem ter seus direitos patrimoniais arrecadados pelos entes de gestão coletiva e repassados após aos titulares originários e editoras musicais.

Esse mecanismo visa instituir uma maior especificidade na atividade de gestão, visto que, com a diversidade de execuções públicas, fica extremamente oneroso para que os próprios titulares de direitos consigam arrecadar os direitos autorais patrimoniais providos pela utilização de suas obras via reprodução pública.

A história demonstrou que, para que essa atividade seja eficiente, sem que haja conflitos entre diversos órgãos de arrecadação dos direitos, foi necessária a centralização da arrecadação em uma pessoa jurídica, qual seja o ECAD, para a arrecadação e distribuição dos direitos autorais. Além disso, quando tratamos da arrecadação e distribuição de direitos autorais, embora seja defendido pelo próprio escritório central tratar-se de relações de interesses privados, a atuação das associações de gestão coletiva e do ECAD não deve ser considerada atividade empresarial, pois não se visa lucro com as atividades impostas a esses entes.

Tendo isso em vista, a lei autoral buscou a especialização da atividade, a extinção de conflitos entre associações de gestão coletiva e o *bis in idem* na atividade de arrecadação e distribuição de direitos, tornando, pela via única arrecadatória, a centralização da atividade ao ECAD.

Integram o escritório central as associações de gestão coletiva a ele vinculadas, o que pode ser benéfico aos titulares, por terem a associação, escolhida por eles para os representar, inserida na atuação direta para decisões e diretrizes da própria atividade de gestão do ECAD, reforçando a defesa dos direitos coletivos dos titulares de obras musicais, ao passo que estes, indiretamente, se tornam participativos na própria atividade de gestão coletiva por meio de suas associações.

Por outra vertente, em razão de as associações de gestão coletiva integrem o próprio ECAD, por razões de política interna ou por uma eventual defesa do interesse da própria associação, acima do interesse dos titulares, acreditamos na necessidade da intervenção pública na gestão coletiva de direitos. A complexidade da atuação de todos os órgãos envolvidos na gestão coletiva também corrobora para esta afirmação, ao passo que a fiscalização de um ente público auxiliaria na justeza da atuação de todos, pois uma eventual afronta por um dos entes prejudicaria uma coletividade de pessoas, além de colocar em questionamento a moralidade do sistema de gestão como um todo.

Parece-nos que a fiscalização pública é a intenção do legislador pela edição da Lei n.º 12.853/2013, guerreada nos tribunais superiores, e do Decreto n.º 8.469/2015, pois ambos, além de minuciar as regras sobre a gestão coletiva de direitos, ampliam a esfera de atuação do Ministério da Cultura em relação a importantes aspectos do sistema de gestão como, por exemplo, regras para a habilitação de associações; para a transparência da atividade de gestão, impondo a apresentação anual de documentos pelas associações; e a promoção da mediação e arbitragem pelo Ministério da Cultura para dirimir os conflitos existentes no sistema de gestão.

Apesar da inegável vertente abordada pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de que as relações entre os titulares, associações e escritório central são privadas, é indeclinável a atuação estatal para a defesa de direitos coletivos, mesmo porque, com a ampliação da fiscalização, apesar do aumento da burocracia, propicia-se maior credibilidade nas relações.

Não podemos nos esquecer também de que foi a própria lei que impôs a centralização da atividade de arrecadação e distribuição por interesse público e para o auxílio à coletividade de titulares de obras musicais. Ora, não é defensável que o poder público institua um órgão, via legal, para o auxílio e especialização de um serviço que interessa a uma coletividade e depois não possa minuciar e fiscalizar aquilo que instituiu.

Não obstante essas questões, não podemos negar que, pela especialização na atividade, a gestão coletiva de direitos autorais de obras musicais é uma forma de se buscar a eficiência nas atividades de arrecadação e é aceita e utilizada por diversos países, permitindo inclusive a correlação entre associações nacionais e internacionais para que sejam arrecadados os percebimentos patrimoniais referentes às obras em diferentes territórios soberanos, utilizando estes tanto o sistema de *copyright* quanto o de *droit d'auteur*.

A busca pela eficiência em um sistema se confirma inclusive pela esfera de sua atuação. Embora seja discutível a natureza da utilização do denominado *music streaming*, há quem defenda que se trata de execução pública a reprodução da obra musical por serviços via internet por *sites* e aplicativos que guardam enorme acervo musical.

Se confirmada essa prática como execução pública, teremos uma enorme ampliação na atribuição do ECAD, pois há a tendência pelos usuários de música do abandono às mídias físicas, consideradas em regra execuções particulares, para o universo digital, buscando nesse serviço a praticidade proporcionada pelos meios eletrônicos. Com isso, alarga-se ainda mais a importância da gestão coletiva, que abrangerá, se confirmada essa argumentação, a esmagadora maioria de execuções musicais presentes no universo musical.

Por essa análise, contornamos as principais facetas da arrecadação e da distribuição e administração coletiva desde seu início, quando o titular originário de direitos autorais busca a especialidade dos serviços de administração da esfera patrimonial de sua obra, pela contratação de uma editora musical, que se incumbe de divulgar e difundir a obra para que esta seja posta em circulação de ordem privada e pública, e após insere sua obra em circulação e execução pública, podendo optar pela gestão coletiva de direitos autorais para obter a especialização do serviço e maior abrangência de arrecadação, visto que essa poderá ser feita na esfera nacional e internacional.

Assim, conclui-se que, em razão da vasta gama de possibilidade de se reproduzir a obra musical e pela dificultosa atividade de gestão individual de direitos autorais, o titular de direitos procura delegar as atividades de administração dos bens a entes especializados, como as editoras musicais, especialistas em difundir a obra e iniciar o recebimento patrimonial pelo uso privado, além de inserir a obra musical em veículos de mídias que executam a obra publicamente; e as associações de gestão coletiva, responsáveis, entre outras atribuições, pela inserção da obra musical em um sistema de arrecadação e distribuição via escritório central, abrangendo a arrecadação dos usuários que executam publicamente a obra musical.

A administração coletiva das obras musicais é prática existente em todo o mundo, e, embora seja um sistema em que o titular originário deva abrir mão de parcela dos valores da arrecadação dos seus direitos, é extremamente benéfico ao titular na parte em que se busca o aperfeiçoamento das atividades gestoras. A tendência é que essa atividade seja crescente no segmento musical, principalmente se abranger as novas mídias digitais de *streaming*, todavia é necessário, como em qualquer área de atuação em direitos coletivos, que haja fiscalização para que não ocorrer desvio de atribuições, como já explicitado.

Pelo exposto, procuramos mostrar as peculiaridades do sistema de administração coletiva, demonstrando sua complexidade pelas espécies de contratação com as editoras musicais e pelo vasto processo de arrecadação e distribuição pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição.

REFERÊNCIAS

LIVROS:

APLIN, Tanya; DAVIS, Jennifer. *Intellectual property law, text, cases and materials*. 2. ed., Oxford, Inglaterra: Oxford University Press, 2013.

ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito de autor e direitos conexos*. Ed. Coimbra 1992.

_____. *Direito autoral*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

_____. JABUR, Wilson Pinheiro; SANTOS, Manoel J. Pereira dos. *Propriedade intelectual – direito autoral*. São Paulo: Saraiva, 2014.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Teoria geral dos contratos típicos e atípicos*. 3. ed. São Paulo: Atlas. 2009.

BITTAR, Carlos Alberto. *Direito de autor*. 5. ed., atualizado por Carlos Alberto Bittar, Rio de Janeiro: Forense, 2013.

_____. *Contornos atuais do direito do autor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

_____. Verbetes “Obra”. *Enciclopédia Saraiva do Direito*, v. 55.

_____. “O ECAD e o Direito de Execução no Brasil”. Artigo escrito para a Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. v. 76.

_____. e BITTAR FILHO, Carlos Alberto. *Tutela dos direitos da personalidade e dos direitos autorais nas atividades empresariais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BENNETT, Roy. *Uma breve história da música*. Tradução de Maria Tereza Resende Costa. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

BORGHI, Maurizio and Karapapa, Stavroula, *Copyright and mass digitization*, London: Oxford University Press. 2013.

CABRAL, Plínio. *A nova lei de direitos autorais – comentários*. 3. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

CAPELO DE SOUSA, Rabindranath V. A. *O direito geral de personalidade*, Coimbra: Coimbra Editora, 2011 (Reimpressão).

CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e processo: um comentário à Lei 9.307/96*. São Paulo: Malheiros, 1998.

CHAVES, Antonio. *Direitos autorais na radiofusão (Rádio e TV)*. publicado na Revista Forense, v. 284.

_____. *Apostilas de direito de autor*, ponto 12.

_____. *Proteção internacional do direito autoral de radiodifusão*. São Paulo: Max Limonad, 1952.

CHINELLATO, Silmara Juny. *Direito de autor e direitos da personalidade: reflexões à luz do Código Civil*. Tese para concurso de Professor Titular de Direito Civil da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2008.

_____. *Código Civil interpretado*. Obra coletiva coordenada por Costa Machado e organizado por Silmara Juny Chinellato. 9. ed. Barueri: Manole, 2016.

_____. *Notas sobre plágio e autoplágio*. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, v. 15, p. 305-328, 2012.

COSTA NETTO, José Carlos. *Direito autoral no Brasil*. 2. ed., São Paulo: FTD, 2008.

_____. *Regime jurídico do plágio e sua aplicabilidade no campo de obra científica (monografia jurídica) - exame de um caso concreto*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo v. 104 p. 1053 - 1096 jan./dez. 2009.

DE CUPIS, Adriano. *Os direitos da personalidade*. 2. ed. Tradução de Afonso Celso Furtado Rezende. São Paulo: Quorum. 2008.

DE MATTIA, Fabio Maria. *O autor e o editor na obra gráfica: direitos e deveres*. Saraiva. São Paulo: 1975.

DECHRISTÉ, Pierre-Jean; PIOTRAUT, Jean-Luc. *Jugements et arrêts fondamentaux de la propriété intellectuelle*. Paris: Lavoisier, 2002.

DESBOIS, Henry. *Le droit d'auteur em France*, 10 ed. Paris: Dalloz, 1973.

DUMAS, Roland. *La propriété littéraire et artistique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

FRANÇA, Rubens Limongi. *Instituições de direito civil*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

GOMES, Orlando. *Direitos reais*. 19. ed. revisada, atualizada e ampliada de acordo com o Código Civil de 2002. Atualizador: Luiz Edson Fachin. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

GRIFFITHS, Paul. *A música moderna: uma história consisa e ilustrada de Debussy e Boulez*. Tradução de Clóvis Marques. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

HUARD, Gustave. *Traité de la propriété intellectuelle. Tomo premier*. Paris: Marchal et Billards, 1903.

JESSEN, Henry Francis. *Direitos Intelectuais*. Rio de Janeiro: Edições Itaipu, 1967. p. 53.

JUNDI, Maria Eliane. "Das limitações aos direitos autorais". Publicado na Revista de Direitos Autorais n. 1, São Paulo: Lumen Juris 2004.

LE TARNEC, Alain. *Manuel de la propriété litteraire et artistique*. 2. ed., Paris: Dalloz,

LOVELOCK, William. *História concisa da música*. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MAGALHÃES, Rodrigo Almeida. *Formas alternativas de resolução de conflitos*. Belo Horizonte: RHJ, 2008.

MANSO, Eduardo Vieira. *Contratos de direito autoral*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989.

MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. 30. Ed. São Paulo: Atlas. 2014.

MORATO, Antonio Carlos. *Direito de autor em obra coletiva*. São Paulo: Saraiva, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. *História & música: história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2002.

PEREIRA, Alexandre Libório Dias. "Problemas Actuais da Gestão do Direito de Autor: Gestão Individual e Gestão Colectiva do Direito de Autor e os Direitos Conexos na Sociedade da Informação". Coimbra Editora, Coimbra 2003.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcante. *Tratado de direito privado: parte especial*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1963. Tomo XLIV.

RODRIGUES JÚNIOR, Walsir Edson. *A prática da mediação e o acesso à justiça*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. p. 50.

SANTIAGO, Oswaldo. *Aquarela do direito autoral*, Rio de Janeiro. Editora Magione.

SANTIAGO, Vanisa. "A administração coletiva de direitos autorais no Brasil". In: *Reflexões sobre direito autoral*. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 1997.

SILVEIRA, Newton. *Propriedade intelectual*. 5. ed., Barueri, SP: Manole, 2014.

TÂCHE, Pierre-Alain. *“Le Contrat d’Edition de l’Oeuvre Littéraire, contribution à l’étude de la révision de la législation suisse em matière d’édition”*. Lausanne: Dupraz, 1970, p.198.

TEIXEIRA, Vera Lúcia. *Direitos autorais de execução pública de obras musicais literomusicais e de fonogramas. Reflexões sobre direito autoral*. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 1997.

VILLALBA, Carlos Alberto; LIPSZYC, Delia. *El derecho de autor en la Argentina*. Buenos Aires: La Ley, 2001.

VIGLIAR, João Marcelo Menezes. *Tutela jurisdicional coletiva*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARTIGOS E TEXTOS EM MEIO ELETRÔNICO:

Artigo: “A história dos instrumentos”. Disponível em: <<http://www.movimento.com/2011/09/a-historia-dos-instrumentos/>>. Acesso em: 4 mai. 2015.

ABRAMUS. Disponível em: <<http://www.abramus.org.br/institucional/124/abramus/>>. Acesso em: 5 set. 2016.

AMAR. Disponível em: <http://www.amar.art.br/public_html/a-amar/a-amar-no-mundo/>. Acesso em: 5 set. 2016.

ASSIM. Disponível em: <<http://www.assim.org.br/estatuto-assim>>. Acesso em: 5 set. 2016.

BARBOSA, Denis Borges; BARBOSA, Denis Borges. “Direitos Autorais. Universo Jurídico”. Juiz de Fora, ano XI, 10 de jan. de 2007. Disponível em: <http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/2853/DIREITOS_AUTORAIS>. Acesso em: 31 out. 2016.

ECAD. Disponível em: <<http://www.ecad.org.br/pt/quem-somos/oEcad/Paginas/Como-funciona-o-sistema-de-gestao-coletiva-musical.aspx>>. Acesso em: 17 set. 2015.

_____. Disponível em: <<http://www.ecad.org.br/pt/o-ecad/quem-somos/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 1.º ago. 2016.

_____. Disponível em: <<http://www.ecad.org.br/pt/o-ecad/quem-somos/Paginas/Acriacao-do-Ecad.aspx>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. Disponível em: <<http://www.ecad.org.br/pt/eu-faco-musica/associacoes/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

_____. Disponível em: <<http://www.ecad.org.br/pt/eu-uso-musica/como-e-feita-a-arrecadacao/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 13 set. 2016.

_____. Regulamento de Arrecadação do ECAD. Disponível em: <http://www.ecad.org.br/pt/eu-uso-musica/regulamento-de-arrecadacao/Documents/Regulamento%20Arrecada%C3%A7%C3%A3o_2016.pdf>. Acesso em: 13 set. 2016.

ECAD. Ata da 450.^a Reunião da Assembleia Geral Ordinária do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD. Disponível em: <<http://www.ecad.org.br/pt/eu-faco-musica/associacoes/Atas%20da%20Assembleia%20Geral/ATA%20DA%20450.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

_____. Ata da 453.^a Reunião da Assembleia Geral Ordinária do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD. Disponível em: <<http://www.ecad.org.br/pt/eu-faco-musica/associacoes/Atas%20da%20Assembleia%20Geral/ATA%20DA%20453.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

Editora Top Show Music. Disponível em: <<http://www.topshowmusic.com.br/#quemsomos>>. Acesso em: 24 out. 2016.

COSTA NETTO, José Carlos. *Slides*, “Editora Musical”. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/redecemec/editora-musical-professor-jos-carlos-costa-netto>>. Acesso em: 3 out. 2016.

CIFRACLUB. Notícia disponível em: <<http://www.cifraclubnews.com.br/noticias/18763-processo-de-joe-satriani-contra-coldplay-por-plagio-e-encerrado.html>>. Acesso em: 08 out. 2016.

CNJ. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-mediacao>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

GLOBO. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/temer-decide-recriar-ministerio-da-cultura-anuncio-deve-ser-na-terca.html>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

KUNTZ, Karin Grau. Palestra Ministrada no Fórum de Direito Autoral, “Anais do Seminário Internacional sobre Direito Autoral”. 2008. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/08/anais_sem_internacional_fortaleza1.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

MIGALHAS. “STJ decidirá sobre cobrança do Ecad em transmissão de música na internet”, publicada no site “Migalhas” em 8 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,M1240470,91041-STJ+decidira+so-bre+cobranca+do+Ecad+em+transmissao+de+musica+na>>. Acesso em: 27 set. 2016.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/consulta-direitoautoral/wp-content/uploads/2010/06/Papel-do-Estado-America-Latina.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

MOAURO, Federido; PORTA, Myriam. "Gestión colectiva de derechos". In *Industria, cultura y producción musicales*. Fascículo 2. Ministério de Cultura da Argentina. Disponível em: <<http://www.buenosaires.gob.ar/areas/cultura/musica/fasciculo2.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2015.

PERGORER, Luciana. "Streaming é execução pública?". Artigo escrito para a Associação Brasileira da Música Independente. Disponível em: <<http://www.abmi.com.br/website/arquivos/legislacao/streaming-na-o-a-execucao-paoblica.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

PIERRE, Luiz. "Direito de autor — Algumas limitações legais". Artigo extraído da internet vinculado à revista da PUC/SP. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/viewFile/8428/6245>>. Acesso em: 19.set.2016

RICORDI. "Empresa história". Disponível em: <http://www.ricordi.com.br/empresa_historia.asp>. Acesso em: 3 out. 2016.

ROCHA, Fabíola Bortolozo do Carmo. "Plágio musical como violação de direitos de autor". Artigo disponível em: <http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista_sjrj/article/viewFile/263/235>. Acesso em: 11 Mai. 2015.

SANTIAGO, Vanisa. Palestra Ministrada no Fórum de Direito Autoral, "Anais do Seminário Internacional sobre Direito Autoral". 2008. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/08/anais_sem_internacional_fortaleza1.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

STF: "STF decide continuar a julgar ADI ajuizada por partido que ficou sem representação no Congresso". Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=60218>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

_____. ADI 5.062/DF (Ministro Relator: Luiz Fux). Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudenciaDetalhe.asp?s1=000238824&base=baseMonocraticas>>. Acesso em: 8 set. 2016.

_____. Ementa da ADI 2.054. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=375312>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

STJ: Resp n.º 1559264 / RJ (2013/0265464-7) do STJ (Min. Relator Ricardo Villas Bôas Cueva). Despacho de 21 de outubro de 2015. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?composnente=MON&sequencial=53772071&num_registro=201302654647&data=20151026&formato=PDF>. Acesso em: 27 set. 2016.

SBACEM. Disponível em: <<http://www.sbacem.org.br/sbacem-novo/en/about-us.html>>. Acesso em: 5 set. 2016.

SICAM. Disponível em: <<http://www.sicam.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 5 set. 2016.

SOCIMPRO. Disponível em: <<http://www.socinpro.org.br/site/historico.php>>. Acesso em: 5 set. 2016.

UBC. “Sobre a União Brasileira de Compositores”. Disponível em: <<http://www.ubc.org.br/Ubc/Historia>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

U.M. Music. Disponível em: <<http://www.ummusic.com/editora.html>>. Acesso em: 24 out. 2016.

UNIVERSAL MUSIC GROUP. Disponível em: <<http://www.universalmusic.com.br/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

YEH, Brian T. “Copyright Licensing in Music Distribution, Reproduction, and Public Performance”. Congressional Research Service. 2015. p. 3. Disponível em: <<https://www.fas.org/sqp/crs/misc/RL33631.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2015.

“Youtube”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eb49QuPLuHg>>. Acesso em: 11 maio 2015.

WACHOWICZ, Marcos. “A Reforma da Gestão Coletiva de Direitos Autorais no Brasil ganha maior transparência”, texto escrito para o boletim do Grupo de Estudos de Direito Autoral e industrial da Universidade Federal do Paraná (GEDAI). Disponível em: <<http://www.gedai.com.br/?q=pt-br/boletins/boletim-gedai-junho-2015/reforma-da-gest%C3%A3o-coletiva-de-direitos-autorais-no-brasil-ganha>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

Wikipedia “Discos de Vinil”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Disco_de_vinil>. Acesso em: 2 fev. 2015.

Wikipedia Metallica vs. Napster. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Metallica_v._Napster,_Inc.>. Acesso em: 8 jun. 2015.

ZASNICOFF, Dennis. “Uma Editora Musical”. Artigo Publicado em: <<http://academiadoprodutormusical.com/blog/2101-uma-editora-musical/>>. Acesso em: 3 out. 2016.

ZANINI, Leonardo Estavam de Assis. *Notas sobre plágio e a contrafação*. Revista Brasileira de Direito Civil Vol. 10 out/dez 2016. IBDCivil. Disponível em: <https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/volume10/rbdcivil_vol_10_04_doutrina-nacional_notas-sobre-o-pluagio.pdf>

LEGISLAÇÃO NACIONAL E ESTRANGEIRA:

ALEMANHA. Gesetz über die Wahrnehmung von Urheberrechten und verwandten Schutzrechten durch Verwertungsgesellschaften. Disponível em: <<https://www.gesetze-im-internet.de/bundesrecht/vgg/gesamt.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016. Exot em inglês disponível em: <https://www.gesetze-im-internet.de/englisch_vgg/englisch_vgg.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 9 nov. 2016.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891 (Revogada). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 2 fev. 2015.

BRASIL. Código Civil de 1.º de janeiro de 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm>. Acesso em: 2 fev. 2015.

BRASIL. Código Civil de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 9 nov. 2016.

BRASIL. Lei Federal n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 9 nov. 2016.

BRASIL. Lei Federal n.º 5.988, de 14 de dezembro de 1973 (Revogada). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5988.htm>. Acesso em: 3 fev. 2015.

BRASIL. Lei Federal n.º 12.853, de 14 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12853.htm#art3>. Acesso em: 9 nov. 2016.

BRASIL. Decreto n.º 8.469, de 22 de Junho de 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8469.htm>. Acesso em: 9 nov. 2016.

BRASIL. Decreto n.º 75.699, de 6 de maio de 1975. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75699-6-maio-1975-424220-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 9 nov. 2016.

BRASIL. PLS n.º 131 de 2006. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=45723&tp=1>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

CANADÁ. “Copyright Act of Canada”. Disponível em: <<http://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/c-42/page-68.html#docCont>>. Acesso em: 14 set. 2015.

CHILE. “Ley n.º 19.166 del 9/9/1992”. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/chile/chile_law_09_09_1992_esp_orof.pdf>. Acesso em: 17 set. 2015.

COLÔMBIA. “Ley 44/93”. Disponível em: <http://www.wipo.int/wipolex/es/text.jsp?file_id=126031>. Acesso em: 17 set. 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. “Copyright, Designs and Patents Act 1988”. Disponível em: <<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1988/48/section/116>>. Acesso em: 14 set. 2015.

FRANÇA. *Code de la propriété intellectuelle*. Disponível em: <<http://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?idArticle=LEGIARTI000028717088&idSectionTA=LEGISCTA000006161656&cidTexte=LEGITEXT000006069414&dateTexte=20150914>>. Acesso em: 14 set. 2015. Texto em inglês. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006069414&dateTexte=20060302>>. Acesso em: 14 set.2016